

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SERVIÇO
AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – EXERCÍCIO DE 2020

1. Informações Gerais

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, representado neste ato pelo Diretor Presidente no ano de 2020, Dejair Machado, está localizado na rua Doutor Penido, 297, Centro, Cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.985.003/0001-96.

O SAMAE foi fundado no dia 19 de agosto de 1965 pela Lei Municipal nº 183/1965, tem como atividade principal a captação, o tratamento e a distribuição de água na cidade de Brusque – SC e seus procedimentos referentes ao Abastecimento de Água e atendimento com Esgotamento Sanitário são regulamentados pelo Decreto Municipal nº 5.792 de 25 de outubro de 2007 e pela Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí - AGIR através da adesão pela Lei Municipal 206 de 19 de março de 2013,

No ano de 2020 teve suas atividades orçamentárias autorizadas pela Lei Municipal nº 4.275 de 17 de dezembro de 2019 (Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Brusque para o exercício financeiro de 2020 - Lei Orçamentária Anual - LOA).

2. Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal e Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

Todos os registros contábeis efetuados no exercício de 2020 foram executados através de sistema informatizado, fornecido pela empresa IPM Sistemas Ltda.

O Município de Brusque através do Decreto Municipal nº 7.803 de 10 de maio de 2016 especifica o cronograma de ações a serem adotados para o Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, a serem necessariamente observados para a consolidação das contas públicas nacionais sob a mesma base conceitual e em continuidade ao processo de convergência às Normas Internacionais, segundo as disposições previstas na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

A seguir, estão os prazos dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais determinados pela Portaria STN nº 548/2015 e a situação da entidade SAMAE em 31/12/2020:

Descrição do Procedimento Contábil Patrimonial	Obrigatoriedade	Situação em 31/12/2020
1- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2020	Não Aplicado ao Ente
2- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bom como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2020	Não Aplicado ao Ente
3- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2017	Implantado Parcialmente
4- Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2016	Ajustando Sistema
5- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2019	Implantado
6- Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2019	Implantado Parcialmente
7- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2019	Implantado Parcialmente
8- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Implantado Parcialmente
9- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	2022	Não Aplicado ao Ente
10- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2019	Implantado
11- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2017	Implantado
12- Reconhecimento, mensuração e evidenciação da	2016	Não Aplicado ao

		Ente
provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.		
13- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
14- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	2022	Implantado
15- Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2020	Não Implantado
16- Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	2022	Não Implantado
17- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	2019	Não Implantado
18- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2021	Implantado Parcialmente
19- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	2022	Não Implantado

Diante deste quadro, destacamos abaixo os itens que possuem situação em 31/12/2020 de implantado parcialmente, ajustando sistema ou não implantado:

Item 3- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas – Implantado Parcialmente: Durante o ano de 2020 foi iniciado a implantação deste item.

Item 4- Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas - Ajustando Sistema: Durante o ano de 2020, em virtude da pandemia mundial, o SAMAE precisou suspender a implantação deste item, desta forma permaneceu na fase de Ajustando Sistema.

Item 6- Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas - Implantado Parcialmente: No ano de 2020 a autarquia evidenciou as informações relativas a ativos e passivos contingentes nas Notas Explicativas do Balanço do ano de 2019.

Item 7- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura) - Implantado Parcialmente: A autarquia está finalizando o

rol de bens patrimoniais para poder dar sequência neste item, porém todos os bens móveis e imóveis adquiridos após 1º de janeiro de 2015 já cumprem o item 7.

Item 8- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável - Implantado Parcialmente: A autarquia está finalizando o rol de bens de infraestrutura para poder dar sequência neste item, porém todos os bens móveis e imóveis adquiridos após 1º de janeiro de 2015 já cumprem o item 8.

Item 15- Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável. - Não Implantado: A autarquia está finalizando o rol de bens intangíveis para poder dar sequência neste item.

Item 16- Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável. - Não Implantado: A autarquia está finalizando o rol de bens intangíveis para poder dar sequência neste item.

Item 17- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável - Não Implantado: A autarquia está finalizando o rol de bens permanentes para poder dar sequência neste item.

Item 18- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques - Implantado Parcialmente: A autarquia está finalizando o levantamento de estoques para poder consolidar as informações entre Contabilidade e Almoxarifado.

Item 19- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP - Não Implantado: A autarquia está em processo de estudo dos demais procedimentos estabelecidos pelas normas.

2.2 Outras Políticas e Procedimentos Contábeis

Os procedimentos para reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação e amortização dos bens móveis e imóveis do SAMAE foram disciplinados pelos Decreto Municipal nº 7.704 de 26 de novembro de 2015 e Decreto Municipal nº 7.842 de 08 de agosto de 2016.

O processo administrativo de constituição da cobrança dos créditos vencidos é regulamentado pela Lei Municipal nº 3.989 de 20 de abril de 2016, enquanto os procedimentos de inscrição dos créditos vencidos em dívida ativa e sua posterior cobrança devem observar o disposto na Lei Municipal nº 3.988 de 20 de abril de 2016.

O controle patrimonial de bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio do SAMAE seguem os dispositivos da Instrução Normativa nº 002/2015.

A Instrução Normativa nº 003/2015 dispõe sobre a observância da ordem cronológica nos pagamentos a fornecedores reforçando o que trata a Lei Federal nº8.666/1993.

A Instrução Normativa nº 001/2018 dispõe sobre a organização, o controle e a gestão de materiais e serviços contratados no âmbito da autarquia.

Quanto aos ativos e passivos contingentes a autarquia informa que até o encerramento do ano de 2020 não possui ativos contingentes, quanto aos passivos contingentes o SAMA E possui 98 processos judiciais (trabalhistas, cível e fiscal) em andamento:

Nº Processo	REFERENTE
0002809-82.2003.8.24.0011	Promoção por merecimento (art. 6º e 10 da LC 59/97) e licença prêmio (art. 112 e 115 da Lei 1898/94)
0007347-38.2005.8.24.0011	Promoção por merecimento (art. 6º e 10 LC 59/97)
0004488-83.2004.8.24.0011	Promoção por merecimento (art. 6º e 10 LC 59/97)
0007352-60.2005.8.24.0011	Promoção por merecimento (art. 6º e 10 da LC 59/97) e licença prêmio (art. 112 e 115 da Lei 1898/94)
0000843-79.2006.8.24.0011	Promoção por merecimento (art. 6º e 10 LC 59/97)
0004906-21.2004.8.24.0011	Promoção por merecimento (art. 6º e 10 LC 59/97)
0008458-91.2004.8.24.0011	Promoção por merecimento (art. 6º e 10 LC 59/97)
0004738-09.2010.8.24.0011	FGTS
0005540-46.2006.8.24.0011	Indenização danos morais - morte acidente trânsito
0003421-78.2007.8.24.0011	Adicional insalubridade
0004984-37.2008.8.24.0023/004	Execução de sentença
0006251-07.2013.8.24.0011	Ação indenização danos morais e materiais
0009422-69.2013.8.24.0011	Zizo Jardinagem - licitação sem projeto básico e orçamentos prévios
0002784-83.2014.8.24.0011	Diferença salarial entre os cargos agente de serviços especiais e eletricitista
0300355-70.2014.8.24.0011	Danos materiais e morais e estéticos
0300809-50.2014.8.24.0011	Redução da base de cálculo da insalubridade. Redução salarial - diferenças devidas.
0303188-61.2014.8.24.0011	Danos materiais e morais
0300618-68.2015.8.24.0011	Equivalência salarial - cargo em comissão
0301485-61.2015.8.24.0011	Danos morais e materiais
0302522-26.2015.8.24.0011	Vencimento de agente de leitura e inspeção equiparado com os que entraram antes do autor
0304832-05.2015.8.24.0011	Faturas de água
0306680-27.2015.8.24.0011	Adicional de periculosidade
0300391-44.2016.8.24.0011	Adicional de periculosidade
0301009-86.2016.8.24.0011	Fatura de água
0002564-17.2016.8.24.0011	Adicional de periculosidade
0304039-32.2016.8.24.0011	Indenização por danos
0302947-19.2016.8.24.0011	Acidente de trânsito
0303373-31.2016.8.24.0011	Multa cominatória/astreintes

0305277-86.2016.8.24.0011	Revisão
0305469-19.2016.8.24.0011	Indenizatória
0305515-08.2016.8.24.0011	Fornecimento de água
0305632-96.2016.8.24.0011	Usucapião
0305667-56.2016.8.24.0011	Fornecimento de água
0306436-64.2016.8.24.0011	Indenizatória
0307408-34.2016.8.24.0011	Faturas de água
0300682-10.2017.8.24.0011	Reintegração de servidor
0000228-35.2017.5.12.0061	Periculosidade - motociclista
0302823-02.2017.8.24.0011	Ação indenizatória acidente de trabalho
0305691-50.2017.8.24.0011	Ação indenização danos morais - corte água indevido
0306586-11.2017.8.24.0011	Ação reparação danos morais
0300134-40.2018.8.24.0011	Ação ordinária
0307559-63.2017.8.24.0011	Ação indenização danos morais - corte água indevido
0301696-92.2018.8.24.0011	Ação indenização danos morais - corte água indevido
0301491-63.2018.8.24.0011	Ação ordinária
0302367-18.2018.8.24.0011	Mandado de segurança
0001687-72.2017.5.12.0061	Contribuição sindical
0301982-70.2018.8.24.0011	Periculosidade motocicleta
0301983-55.2018.8.24.0011	Periculosidade - motociclista
0301984-40.2018.8.24.0011	Periculosidade - motociclista
0301985-25.2018.8.24.0011	Periculosidade - motociclista
0301986-10.2018.8.24.0011	Periculosidade - motociclista
4014440-60.2018.8.24.000	Anulação processo exoneração
0302585-46.2018.8.24.0011	Anulação processo exoneração
0303757-23.2018.8.24.0011	Ação de desapropriação - projeto ETA Cristalina
0900631-47.2017.8.24.0011	Improbidade administrativa
0303681-96.2018.8.24.0011	Ação de reparação de danos
0304353-07.2018.8.24.0011	Ação procedimento comum
0000572-38.2018.8.12.0010	Obrigação de Fazer - reclamatória trabalhista
0304798-25.2018.8.24.0011	Ação de procedimento comum
0305277-18.2018.8.24.0011	Ação de procedimento comum
0306244-63.2018.8.24.0011	Ação de procedimento comum
0306835-25.2018.8.24.0011	Ação de procedimento comum
0306643-92.2018.8.24.0011	Ação indenização danos morais
0900277-85.2018.8.24.0011	Improbidade administrativa
0307373-06.2018.8.24.0011	Ação indenização danos morais e materiais
0304126-17.2018.8.24.0011	Ação indenização danos morais e materiais
0307616-47.2018.8.24.0011	Ação indenização danos morais e materiais
0300272-78.2019.8.24.0011	Ação de reparação de danos
0300845-19.2019.8.24.0011	Ação de reparação de danos
0301408-13.2019.8.24.0011	Ação de reparação de danos
0301400-36.2019.8.24.0011	Ação de reparação de danos
0302135-69.2019.8.24.0011	Ação de reparação de danos

0302118-33.2019.8.24.0011	Ação declaratória inexistência de débito c/c danos morais
5000067-37.2019.8.24.0011	Cobrança multa por descumprimento liminar
0900542-87.2018.8.24.0011	Ação civil de improbidade administrativa
5000130-62.2019.8.24.0011/SC	Equiparação salarial
50027428020194047215	Inexistência de débito e dano moral
0300345-50.2019.8.24.0011-0001	Ação de indenização por danos morais
5001986-61.2019.8.24.0011/SC	Inexistência de débito e dano moral
5001371-71.2019.8.24.0011/SC	Reintegração/Manutenção de posse
5003881-57.2019.8.240011	Ação de Indenização por danos morais e materiais
5005644-93.2019.8.24.0011	Ação declaratória inexistência de débito
5005364-25.2019.8.24.0011	Mudança cálculo jornada de trabalho
0901598-58.2018.8.24.0011	Improbidade administrativa
5006986-42.2019.8.24.0011	Inexistência de débito com restituição de valores
0000011-84.2020.5.12.0061	Adicional de periculosidade
0000013-54.2020.5.12.0061	Adicional de periculosidade
0000012-69.2020.5.12.0061	Adicional de periculosidade
5003212-67.2020.8.240011	Indenização
5000298-64.2019.8.24.0011	Ação declaratória de débito
5006098-39.2020.8.20.0000	Ação decl. inexistência débito
5005551-96.2020.8.24.0011	Indenização
5007676-37.2020.8.24.0011	Indenizatória
5009602-53.2020.8.24.0011	Indenizatória
5001566-56.2019.8.24.0011	Mandado de segurança
5010751-84.2020.8.24.0011	Mandado de segurança
5012326-30.2020.8.24.00	Mandado de segurança
5004584-51.2020.8.24.0011	Improbidade administrativa

3. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O SAMA E previu uma arrecadação de R\$ 34.448.000,00 e arrecadou um montante de R\$ 37.091.987,99 superando em R\$ 2.643.987,99 o valor previsto para o ano.

As receitas intra-orçamentárias de R\$ 597.801,80 são provenientes dos recebimentos pela prestação do serviço de fornecimento água tratada para os órgãos públicos municipais de Brusque – SC, enquanto as despesas intra-orçamentárias de R\$ 1.418.286,17 são as resultantes das contribuições previdenciárias e dos aportes financeiros ao Instituto Brusquense de Previdência- IBPREV.

Para reabertura de créditos especiais e extraordinários foram utilizados R\$ 19.200.000,00 do superávit financeiro acumulado no ano de 2019, ficando a dotação atualizada para o montante total de R\$ 53.648.000,00. A maior parte desta atualização de dotação foi nas despesas de capital, para investimentos realizados pela Autarquia.

No ano de 2020 não houve atualizações da receita nem cancelamentos de Restos a Pagar Processados.

O SAMAE possuía um orçamento atualizado para despesa de R\$ 53.648.000,00 e empenhou um montante de R\$ 39.585.365,65 deixando de empenhar o valor de R\$ 14.062.634,35 do valor disponível para o ano, essa prudência na realização da despesa refere-se ao planejamento da autarquia para implantação do novo sistema de captação e tratamento de água na Região da Cristalina.

Durante o ano de 2020 o SAMAE manteve em estoque de restos a pagar referente aos anos anteriores três empenhos:

Ano	Nº do Empenho	Fornecedor	Saldo
2018	2209	MPB Saneamento Ltda	330.000,00
2019	1492	Brasferma Ltda	3.447,00
2019	1760	Luciano Detzel ME	3.575,00
TOTAL			337.022,00

O Resultado Orçamentário do SAMAE foi deficitário em R\$ 2.493.377,66 no ano de 2020.

4. Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O SAMAE durante o exercício de 2020 não recebeu nem concedeu nenhuma Transferência Financeira.

No exercício de 2020 a autarquia efetuou as retenções tributárias diretamente na fonte, respeitando a legislação tributária, do Imposto de Renda (IR), Imposto Sobre Serviço (ISS) e das Contribuições Previdenciárias (INSS).

Todos os restos a pagar do SAMAE são referentes ao vínculo próprio do exercício ou de exercícios anteriores.

Durante o ano de 2020 não houve movimentação financeira relativa a Outros Pagamentos Extraorçamentários.

5. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

O SAMAE em 31/12/2020 ficou com um montante de R\$ 41.118.624,23 em Caixa e Equivalente de Caixa e um valor de R\$ 53.436.858,84 no Imobilizado.

Os estoques permaneceram sem movimentação em virtude da implantação do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos mesmos, que durante o ano de 2020 precisou ter seu desenvolvimento suspenso em virtude da pandemia mundial.

Também em razão da pandemia mundial do Covid-19 houve a suspensão do início das notificações e cobrança do saldo da Dívida Ativa Não Tributária.

A autarquia já iniciou os trabalhos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis, e respectiva depreciação, exaustão e amortização como demonstrado no Balanço

Patrimonial. Para os Bens Móveis a conta Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada teve uma movimentação de R\$ 1.138.464,51 em 2020, já para a os bens Imóveis a conta Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada teve uma movimentação de R\$ 640.997,93 em 2020.

Até 31/12/2020 a autarquia tinha registrado uma obrigação de curto prazo no montante de R\$ 3.202.002,38, se destacando a conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (R\$ 858.095,38), composta principalmente pelas provisões para Férias e Licença-prêmio, e a conta Demais Obrigações a Curto Prazo, composta principalmente pela obrigação referente aos convênios de arrecadação em fatura d'água (R\$ 2.342.916,80). Também se destaca que o SAMAE não possui obrigações a longo prazo.

Quanto aos Ajustes de Exercícios Anteriores no ano de 2020, R\$ 4.147.911,37, são referentes ao início do procedimento contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber) previstos pela Portaria STN n° 548/2015 e implantado parcialmente pelo SAMAE no ano de 2020.

O Resultado Financeiro no exercício de 2020 foi de um superávit de R\$ 29.747.099,24.

6. Notas Explicativas das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas são referentes principalmente a receita corrente da autarquia durante o exercício de 2020, não havendo outros valores relevantes a destacar.

Enquanto as Variações Patrimoniais Diminutivas são referentes as despesas correntes da autarquia durante o exercício de 2020, das Variações Patrimoniais Diminutivas que não são referentes as despesas correntes de manutenção da autarquia se destacam as Transferências Intragovernamentais no valor de R\$ 636.352,17 referente os aportes previdenciários.

O SAMAE obteve um Resultado Patrimonial Aumentativo no exercício de 2020 de R\$ 8.557.523,06.